

2021

Rioprevidência

Gerência de Previdência e Atuária

Coordenadoria de Atuária

Relatório de Estatísticas



INATIVOS

Coordenadoria de Atuária

Abril - 2021
16/05/2021



Sumário

Introdução	3
I - EVOLUÇÃO	4
II - Estatísticas de Categorias	11
III - Estatísticas Por Poder	15

Introdução

Este relatório de aposentadoria propõe-se a apresentar uma análise estatística com base nos registros de servidores inativos do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo principal é buscar fonte de informações para fins de auditoria de cadastro e financeiro, além de filtrar grupos para efetuar um censo sobre inativos.

A ideia é criar indicadores estatísticos sobre as informações de aposentadorias que servirão de parâmetro para planejamentos estratégicos futuros.

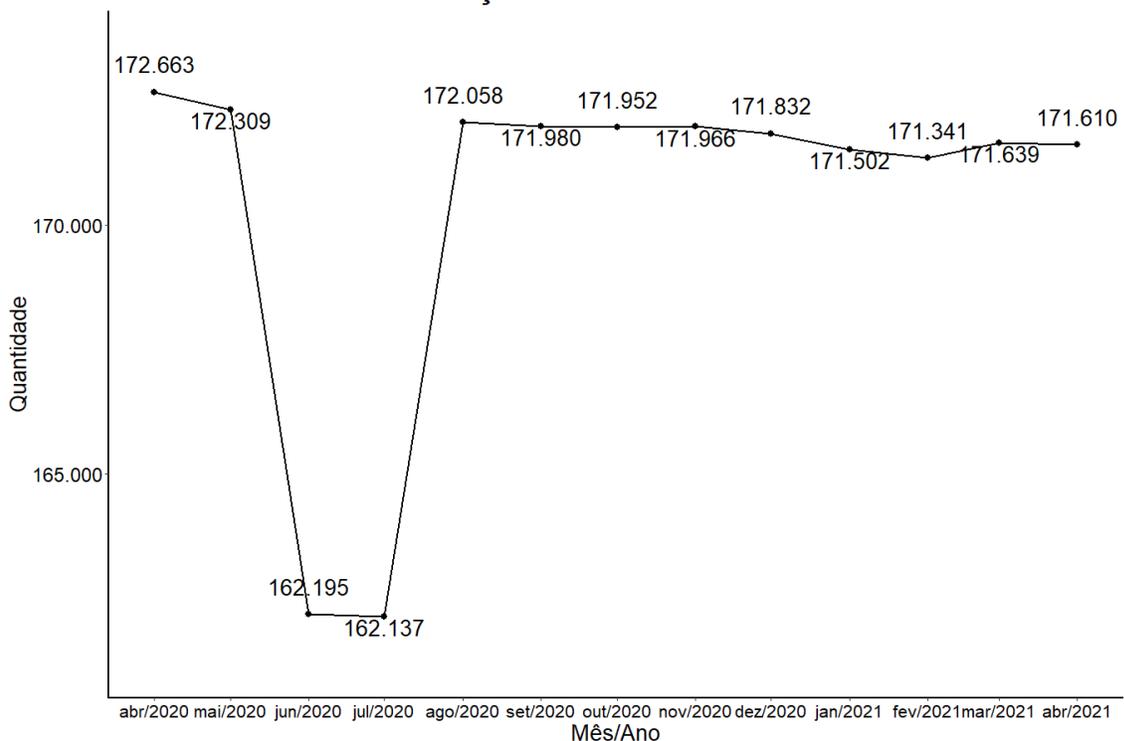
A base de dados analisada refere-se aos órgãos do Executivo do mês corrente e para os outros Poderes (ALERJ, TJ, MP e TCE) as informações são referentes à base de última avaliação atuarial (setembro/2019), já que ainda não recebemos a base mensal destes órgãos.

A PMERJ, PCERJ, SEA, SEOBRAS, SECEC, SETRAB e Casa Civil sofreram alterações em suas estruturas e possuem os seguintes nomes, respectivamente, SEPM, SEPOL, SEAS, SEINFRA, SEC, SEDEGER e SECCG.

I - EVOLUÇÃO

Realizou-se uma análise em relação à evolução da quantidade de inativos de abril de 2020 a abril de 2021, conforme gráfico abaixo. No mês de abril de 2021 houve um total de 171.610 inativos. Ao se comparar com mês anterior, verifica-se que houve uma variação de -0.02%. Já ao se comparar com abril de 2020, constata-se que a variação foi de -0.61%. A queda mais acentuada dos últimos meses é referente a ação de recenseamento promovida pelo Estado do Rio de Janeiro. A lista de inativos e pensionistas que não realizaram o recenseamento até o dia 06/05/2019 se encontra na Resolução Conunta SECCG/Rioprevidência n 11/2019, publicado no DOERJ na data de 13/05/2019, página 4.

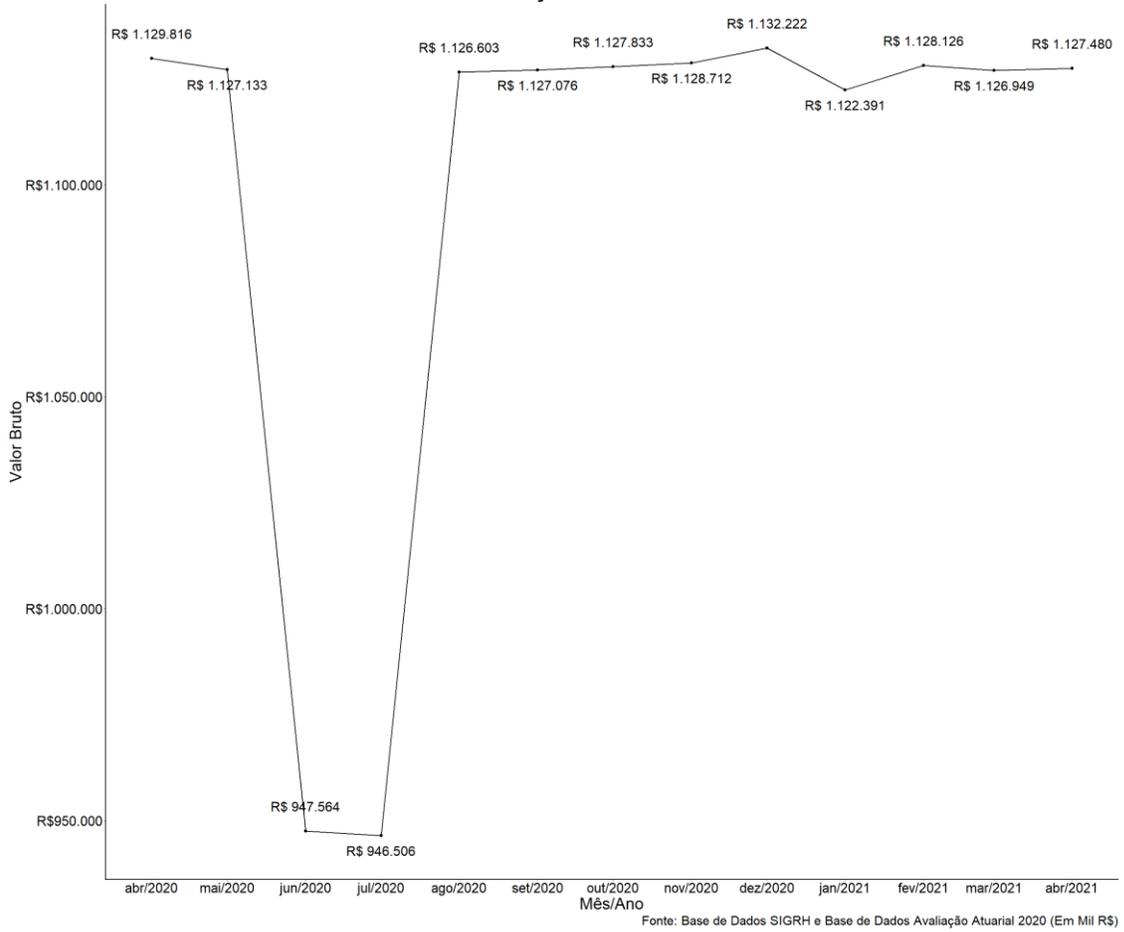
Gráfico 1: Evolução da Quantidade de Inativos



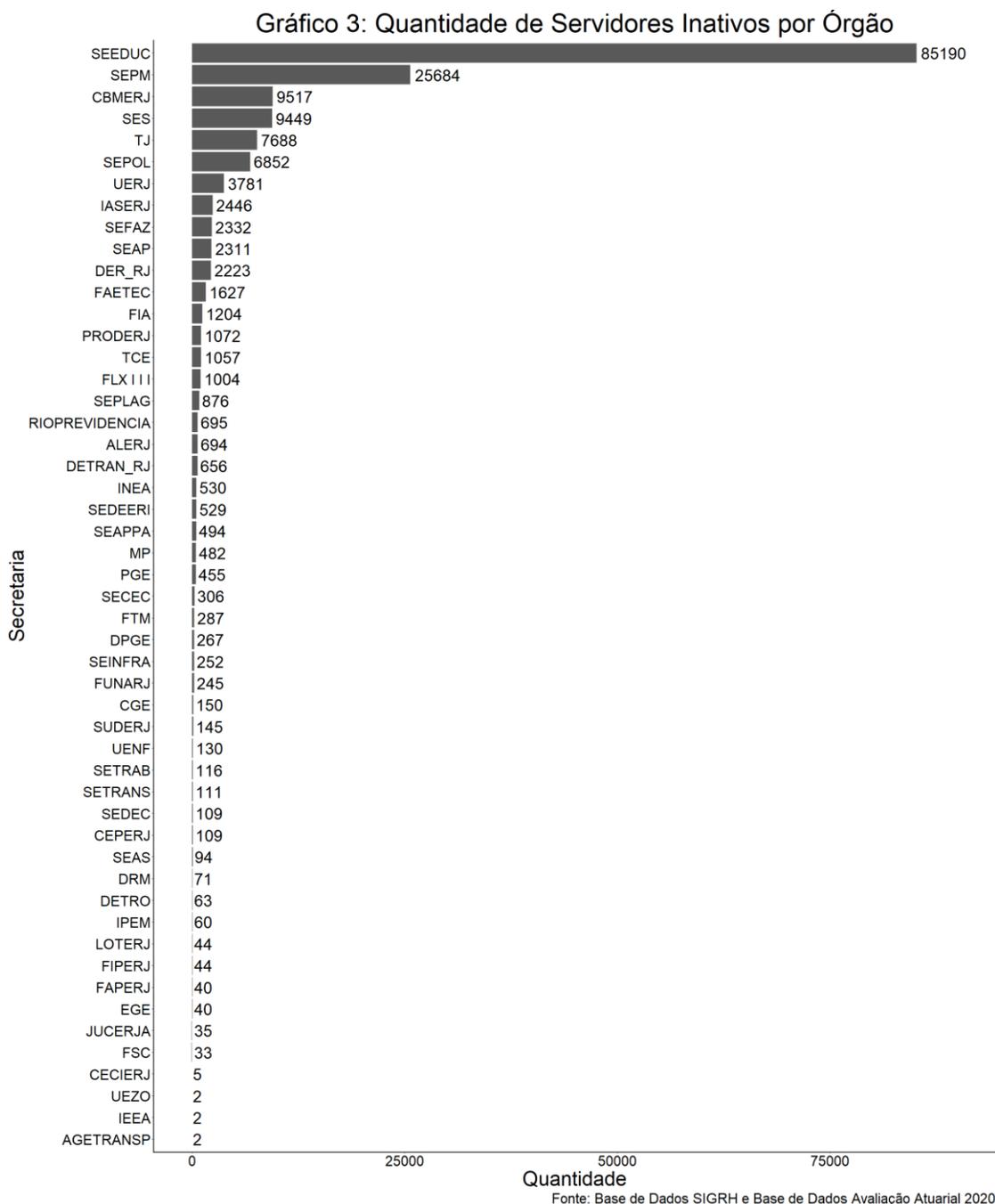
Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

Também pode ser observada a evolução da folha de inativos, conforme gráfico a seguir. Em abril de 2021, o valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho do servidor no mês de análise) foi de R\$ 1.127.480.277,66, representando uma variação de 0.05% em relação ao mês anterior. Em relação ao mesmo mês do ano passado, houve uma variação de -0.21%.

Gráfico 2: Evolução do Valor Bruto de Inativos

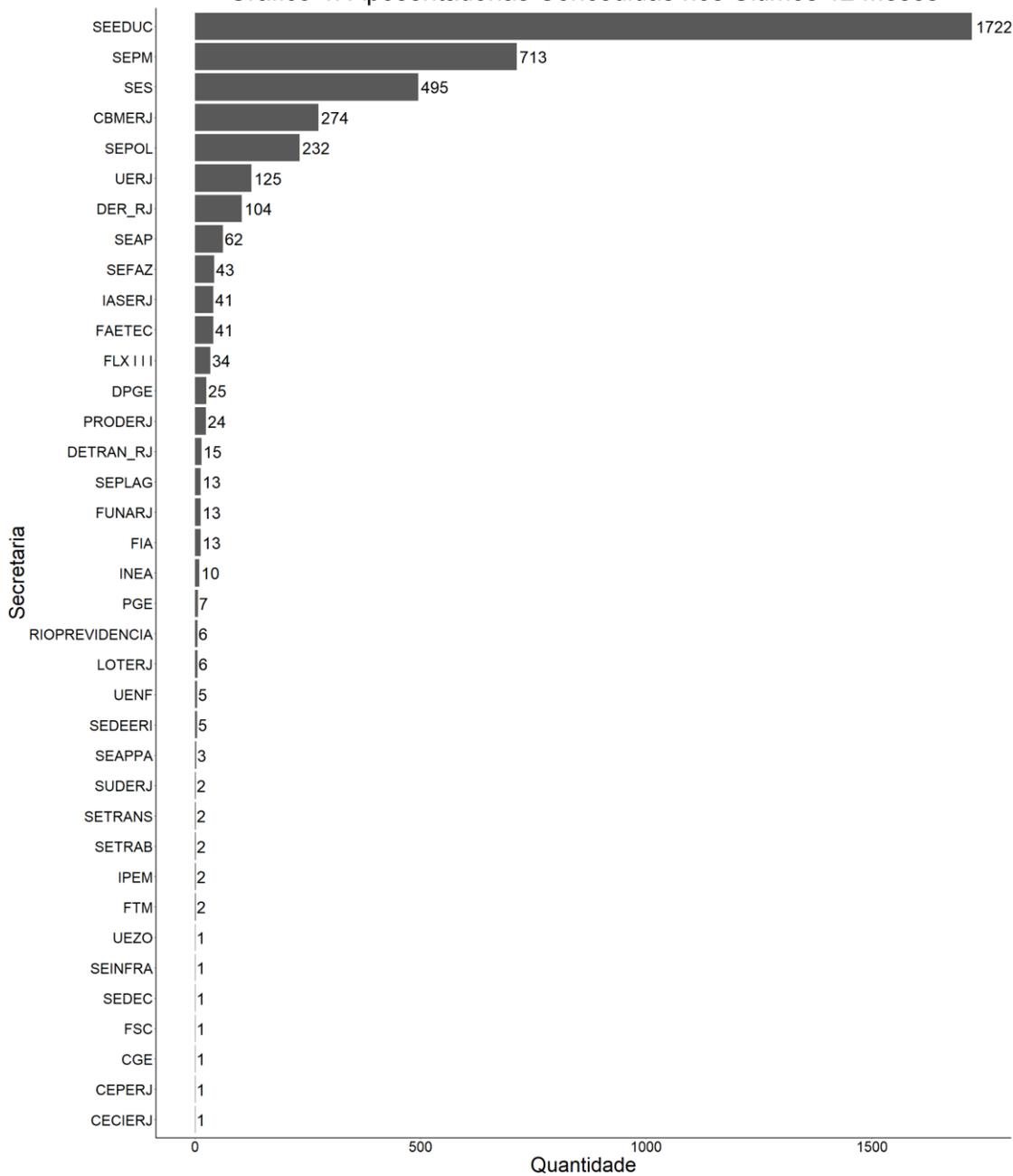


O gráfico a seguir apresenta a quantidade de servidores inativos por órgão. O órgão com maior representatividade é a SEEDUC com 85.190 servidores inativos, o que corresponde a 49.64% do total de inativos. Em seguida, está a SEPM, com 25.684 inativos (14.97%) e a CBMERJ, com 5.55% (9.517 inativos).

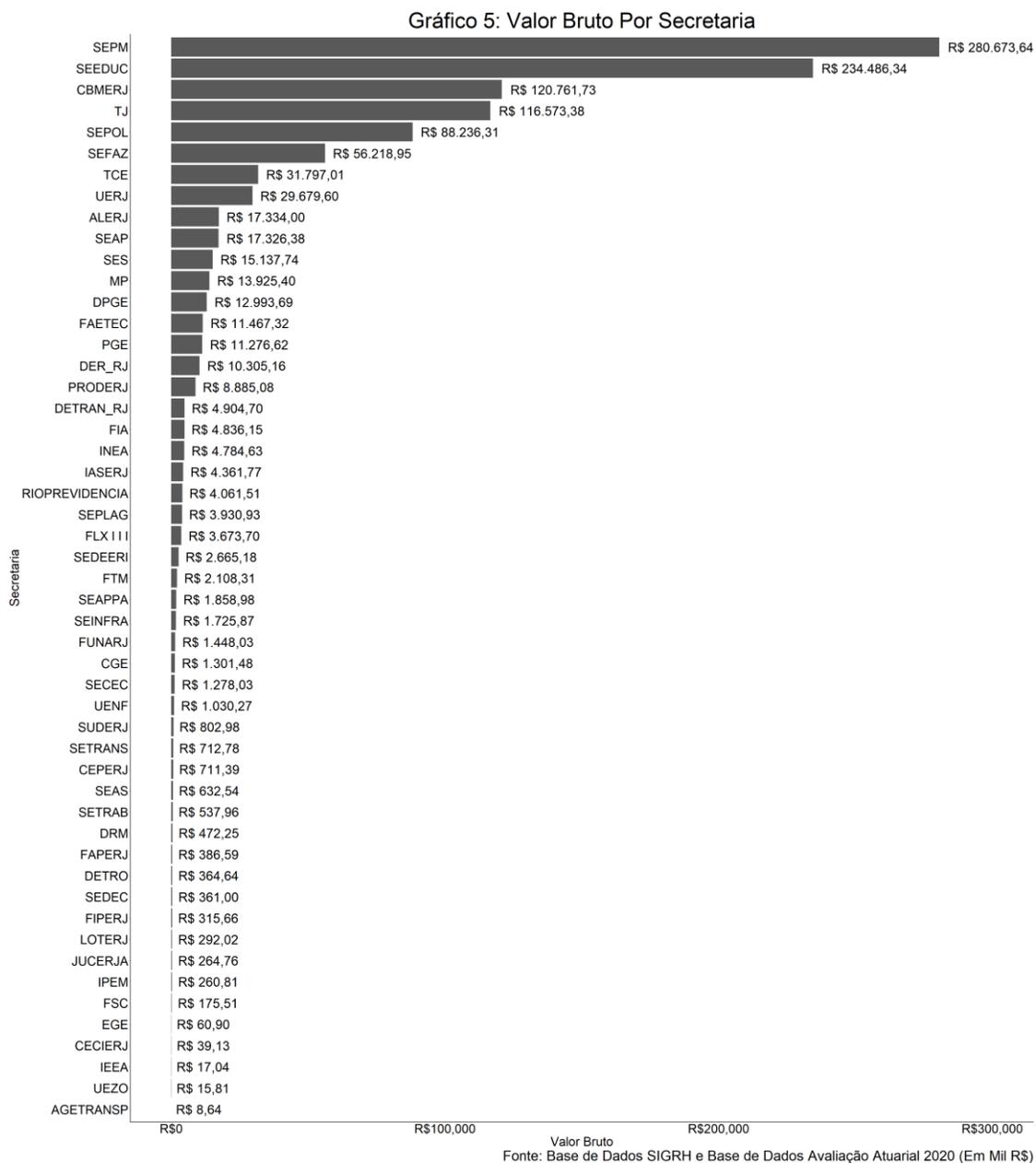


O gráfico 4 mostra a quantidade aposentadorias concedidas pelo órgãos no últimos 12 meses. A secretaria que mais concedeu benefícios no período foi a SEEDUC, com 1.722. Seguida pela SEPM e pela SES, com respectivamente, 713 e 495. No mês atual foram concedidas um total de 525, a secretaria que mais concedeu aposentadorias foi a SEEDUC com o total de 176, seguido da SEPM (127) e da SES, com 101. O alto número de inativos este mês se deve ao fato de retornar a base as pessoas suspensas por conta do recenseamento.

Gráfico 4: Aposentadorias Concedidas nos Últimos 12 Meses

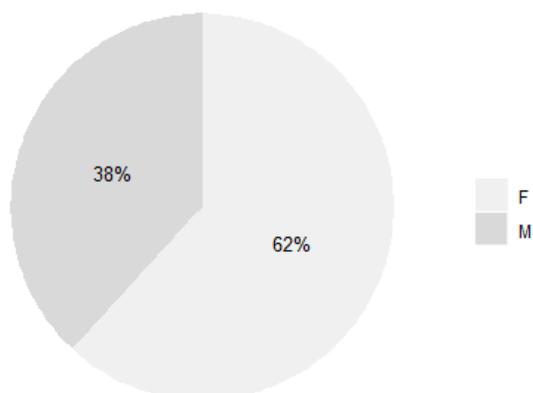


No gráfico a seguir, encontram-se os valores brutos de aposentadorias por órgão. O órgão que possui o maior valor bruto é a SEPM somado de R\$ 280.673.641,05 (24.89%). Em seguida, está a SEEDUC, correspondendo a R\$ 234.486.337,65, o que representa 20.8% do valor bruto total.



A análise do sexo dos inativos também foi realizada. De acordo com o gráfico a seguir, pode-se verificar que há maior concentração de inativos do sexo Feminino, com 106.218. Já o sexo Masculino corresponde a 65.392.

Gráfico 6: Sexo dos Inativos

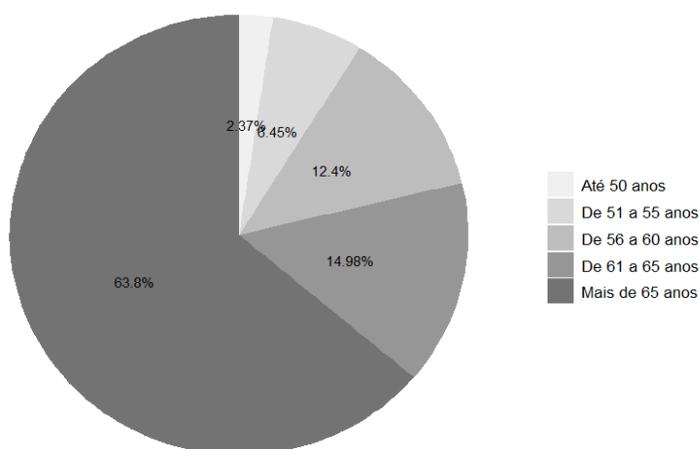


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

A média do valor bruto (soma de todas as rubricas de ganho do servidor) de aposentadoria para os inativos do sexo feminino foi de R\$ 4.280,59. Já para os inativos do sexo masculino foi de R\$ 10.288,79.

Em relação à faixa etária, tem-se que a idade compreendida Mais de 65 anos é a mais representativa, correspondendo a 63.8%. Em seguida, está a faixa etária De 61 a 65 anos, com 14.98% dos inativos e a De 56 a 60 anos com 12.4%. A faixa etária Até 50 anos é a que possui menor quantidade de inativos, com 2.37%.

Gráfico 7: Faixa de Idade dos Inativos

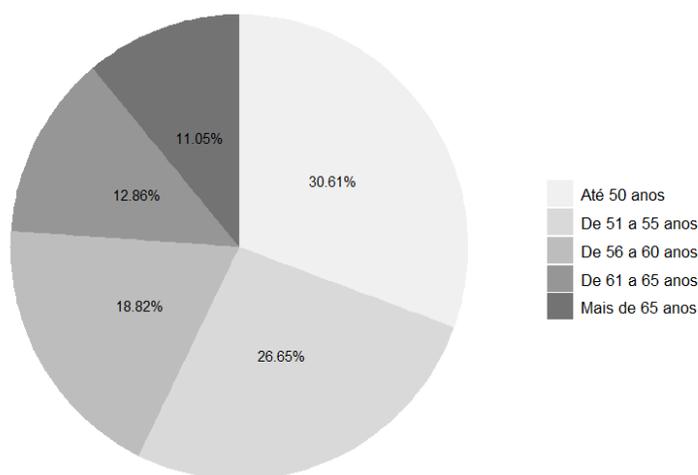


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

A média de idade dos inativos é 66 anos para homens e 69 anos para as mulheres. E a média de tempo de contribuição considerando a data de entrada em exercício no cargo da aposentadoria dos homens é 26 anos e o tempo médio para as mulheres é de 25 anos.

Já a faixa de idade na data de aposentadoria é apresentada abaixo, no Gráfico 8. A idade compreendida Até 50 anos é a mais significativa, com 30.61% de servidores. Em seguida, estão os servidores que se aposentaram com idade De 51 a 55 anos, correspondendo a 26.65%.

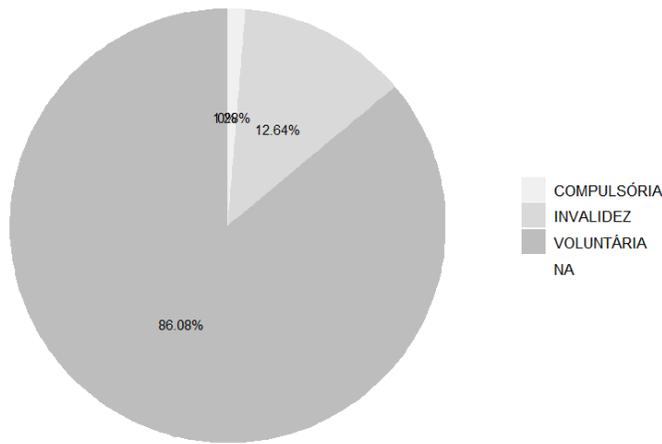
Gráfico 8: Faixa de Idade na Aposentadoria



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

No gráfico 9, mostramos as proporções dos tipos de aposentadoria. Elas foram divididas em voluntária, invalidez e compulsória. Os casos de aposentadoria voluntária ocorrem quando o servidor cumpre os pré-requisitos de idade e/ou tempo de contribuição. A invalidez quando o servidor sofre algum infortúnio que o incapacita para a realização de seu trabalho. A compulsória é a aposentadoria que os servidores fazem jus quando alcançam a idade máxima de permanência no serviço público. As aposentadorias voluntárias totalizaram 148.685, já por invalidez foram concedidos 21.836 e a compulsória totalizou 2.211.

Gráfico 9: Tipos de Aposentadoria

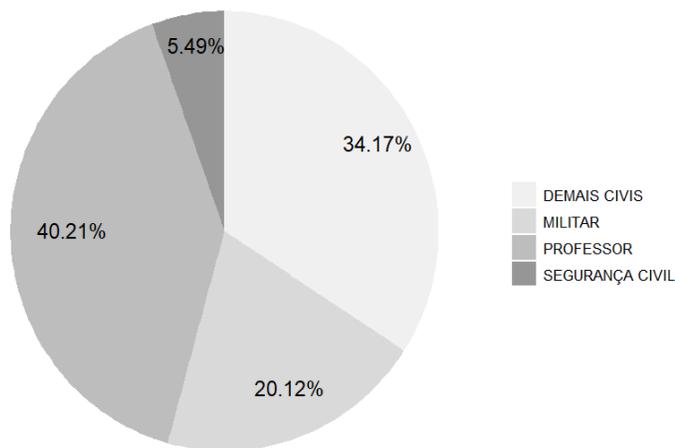


Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

II - Estatísticas de Categorias

Realizou-se uma análise comparativa em relação as diferentes categorias do Estado: militares (SEPM e CBMERJ), professores, agentes da segurança civil (SEPOL, SEAP e Degase) e os demais civis. No mês de abril o total de inativos professores foram de 69.012. Os agentes da segurança militar foi de 34.534 e os da civil foi de 9.428. Os demais servidores civis tiveram o quantitativo de 58.636 O gráfico a seguir representa o percentual de cada categorial em relação ao total.

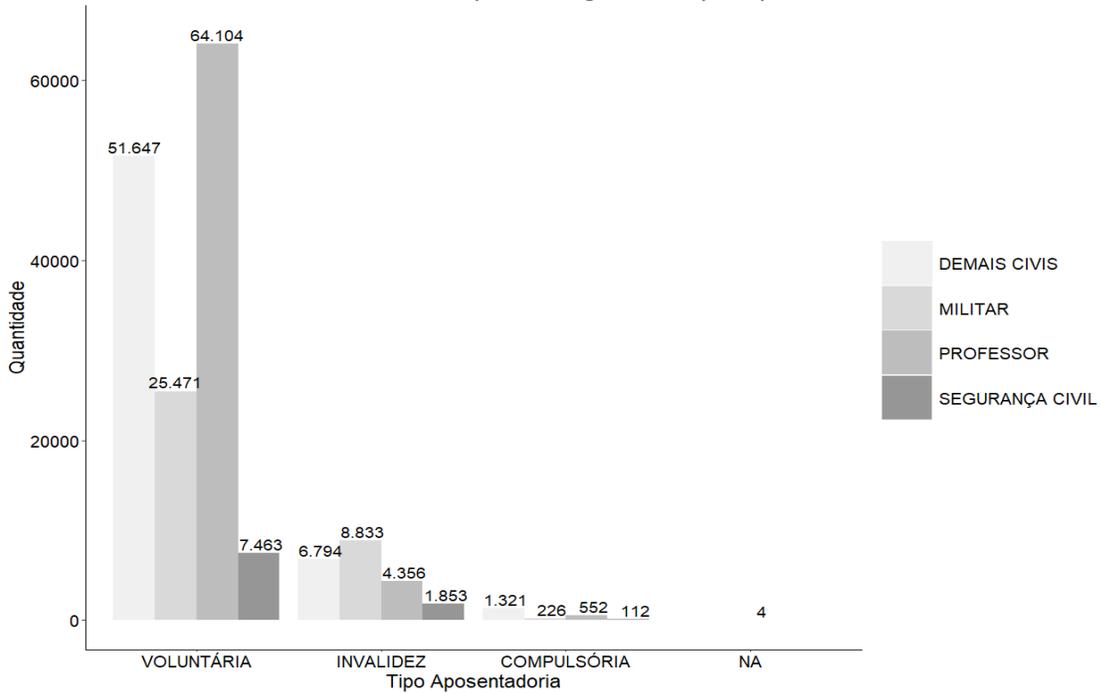
Gráfico 10: Quantidade Percentual de Inativos das Diferentes Categorias.



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

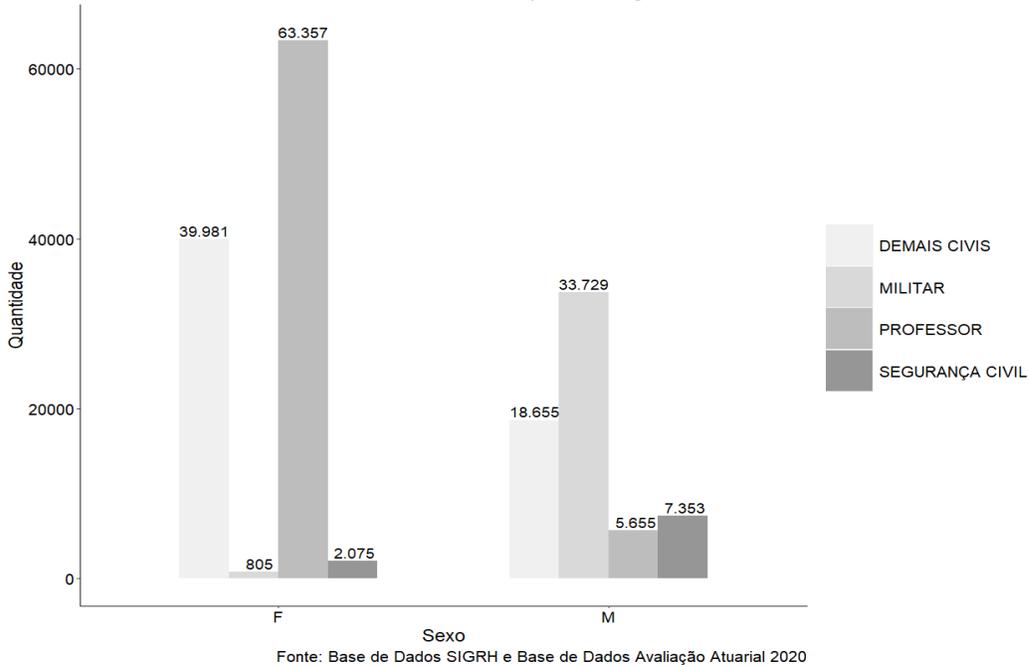
O gráfico 11 mostra a avaliação dos diferentes tipos aposentadoria entre as categorias. Dentre as aposentadorias voluntárias, aqueles que cumpriram idade e/ou tempo de contribuição, a categoria que mais obteve este benefício foi a 3. Já na modalidade invalidez a maioria pertencem a 2. Entre os tipos de aposentadoria compulsória os que mais possuem inativos é a categoria 1.

Gráfico 11: Quantidade de Inativos por Categoria e Tipo Aposentadoria



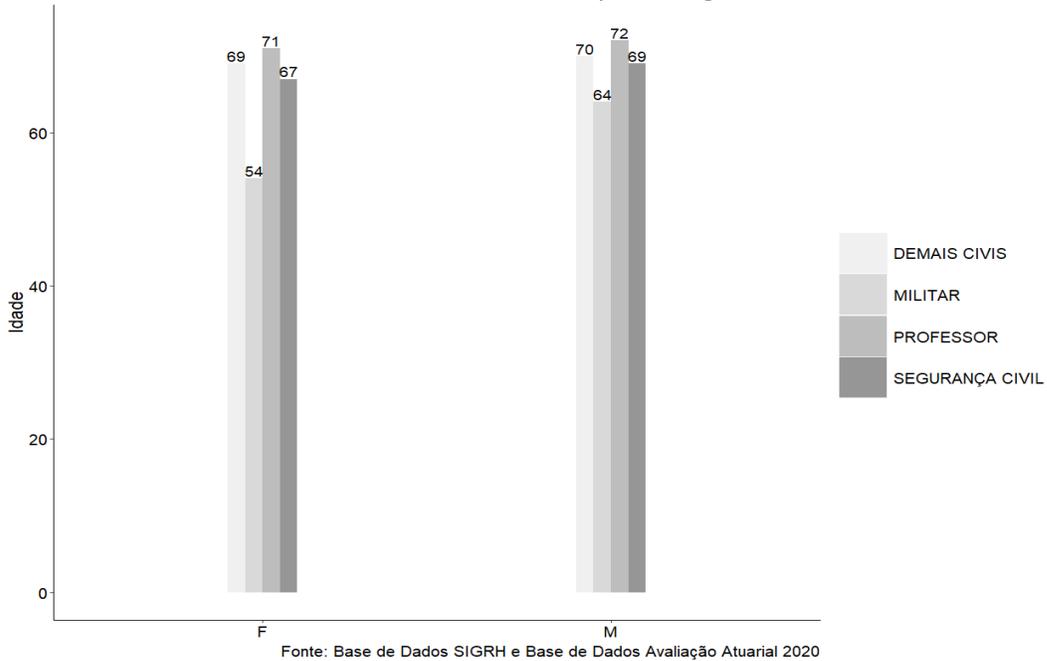
O gráfico seguinte traz a distribuição de sexo pelas diferentes categorias. A categoria com mais inativos do sexo feminino é a Professor. Já no sexo masculino a maioria de inativos pertence a categoria Militar.

Gráfico 12: Quantidade de Inativos por Categoria e Sexo

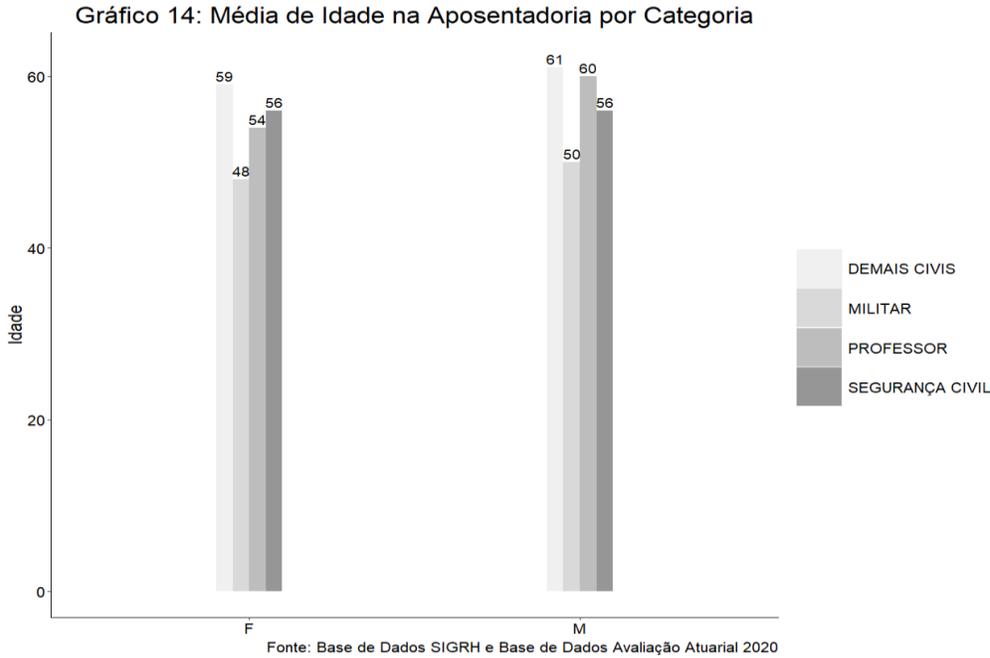


O gráfico 13 mostra a idade média dos inativos. Independente de sexo, a menor idade média dos inativos é da categoria Militar e a maior é a Professor.

Gráfico 13: Média de Idade dos Inativos por Categoria

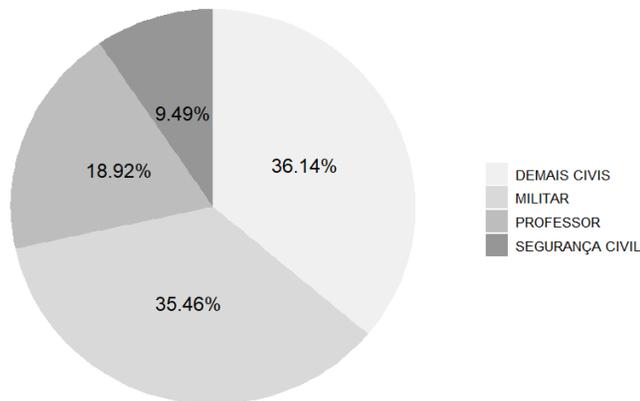


No gráfico 14 é apresentada a idade média quando da aposentadoria, isto é, a idade que o servidor possuía quando deu entrada no seu pedido de aposentadoria, ou foi aposentado por invalidez, ou até mesmo compulsoriamente. Independente de sexo, a menor idade média dos inativos é da categoria Militar e a maior é a Demais Cíveis.



Já em termos monetários, os Demais Cíveis receberam o total de R\$ 407.422.075,10. Aos Militares foram pagos R\$ 399.804.816,22. Os Professores e a Segurança Civil receberam, respectivamente, R\$ 213.267.768,94 e R\$ 106.985.617,40.

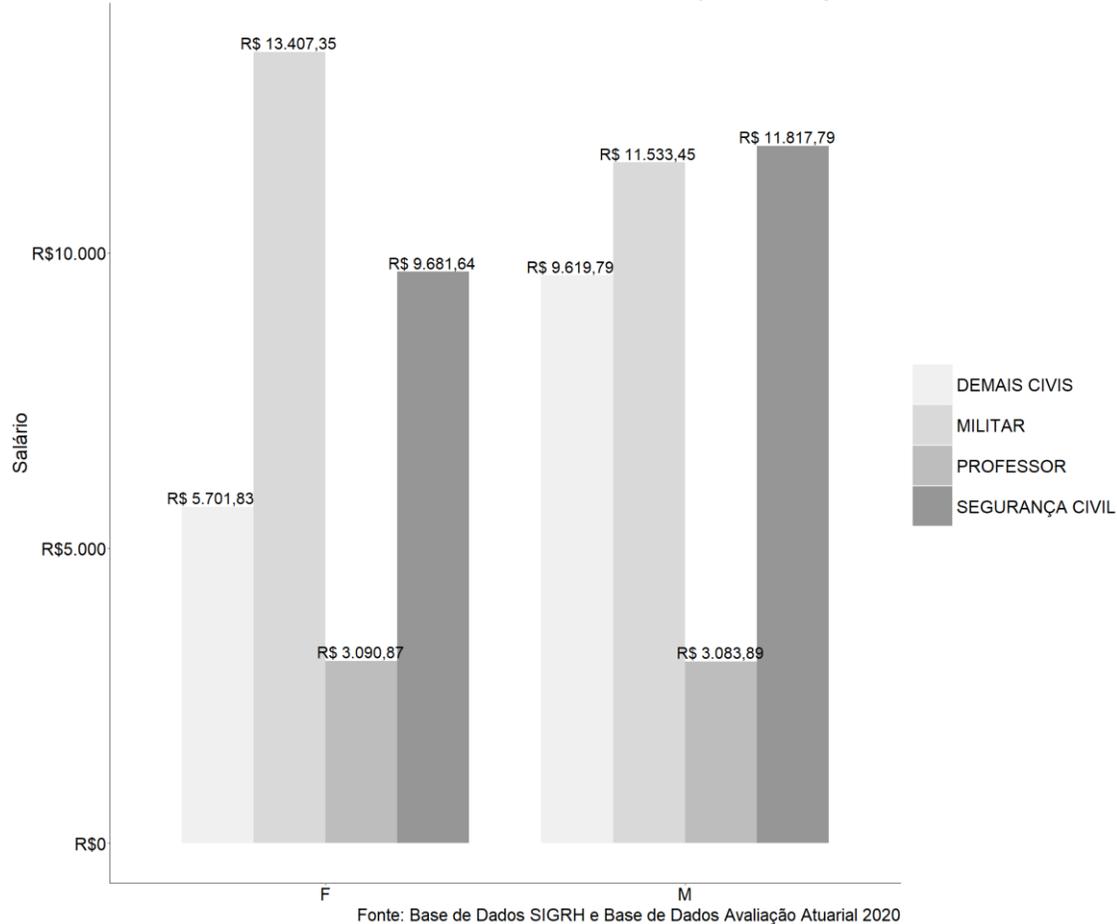
Gráfico 15: Valor Bruto Percentual Por Categoria



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

Por fim, a média, foi feita em termos de valor bruto. De acordo com o gráfico abaixo, entre os inativos do sexo feminino a classe com a menor média foi a Professor e a com a maior é a Militar. Já entre os do sexo masculino, a menor média foi a Professor e o maior a Segurança Civil.

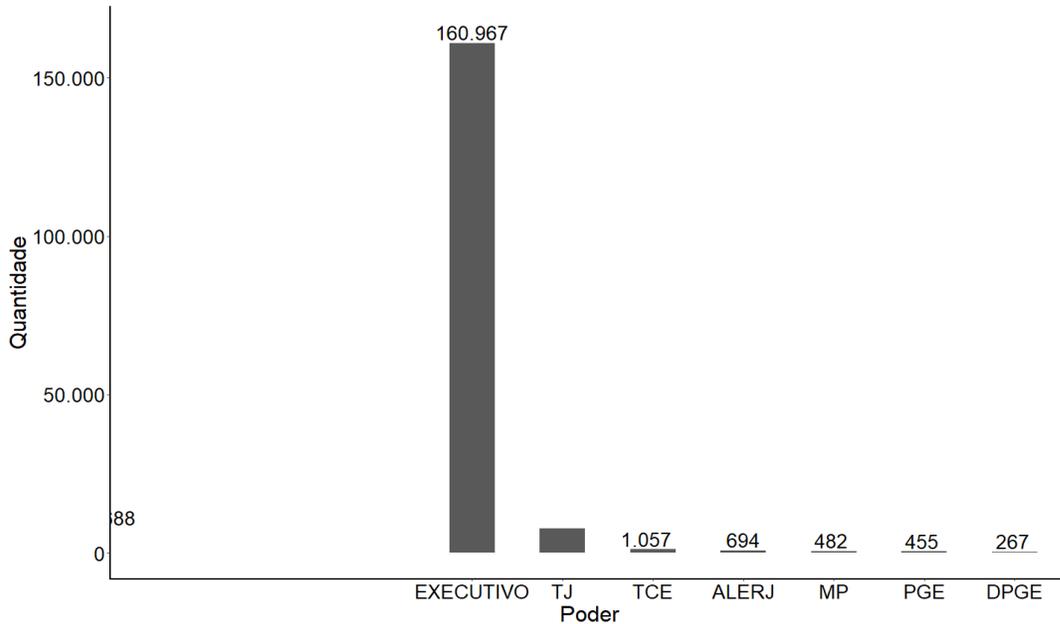
Gráfico 16: Benefício Médio dos Inativos por Categoria



III - Estatísticas Por Poder

Neste capítulo é feita a comparação entre os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e também com o Ministério Público, Tribunal de Contas, a DPGE e a PGE. No gráfico 18 é feita a análise do quantitativo de inativo entre os poderes. O poder Executivo é que possui a maior quantidade de inativos com 160.967, representando 93.8% do total. Em seguida vem o TJ com 7.688 (4.48%).

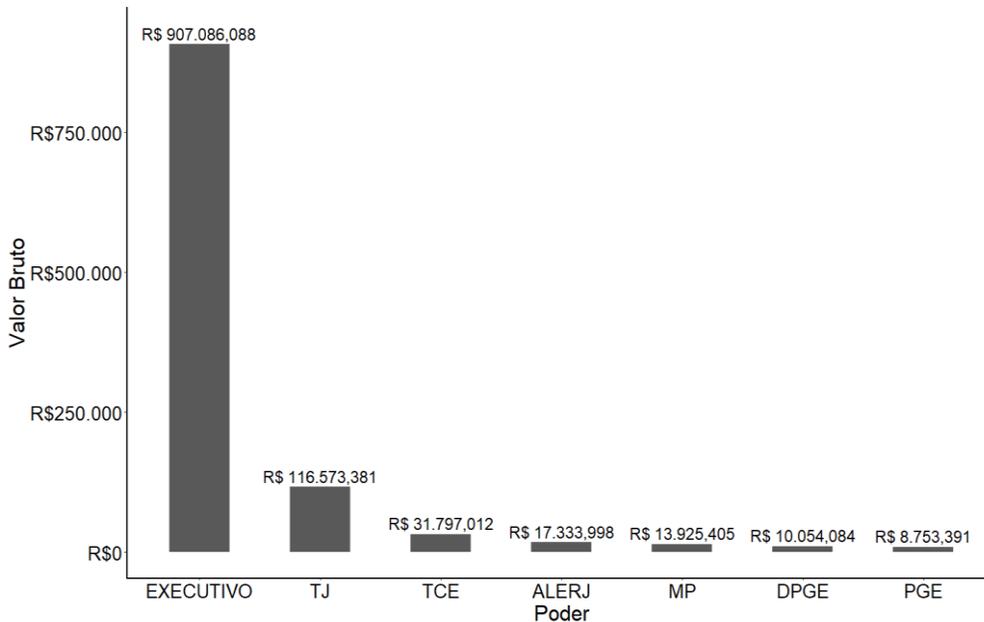
Gráfico 17: Quantidade de Inativos Por Poder



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020

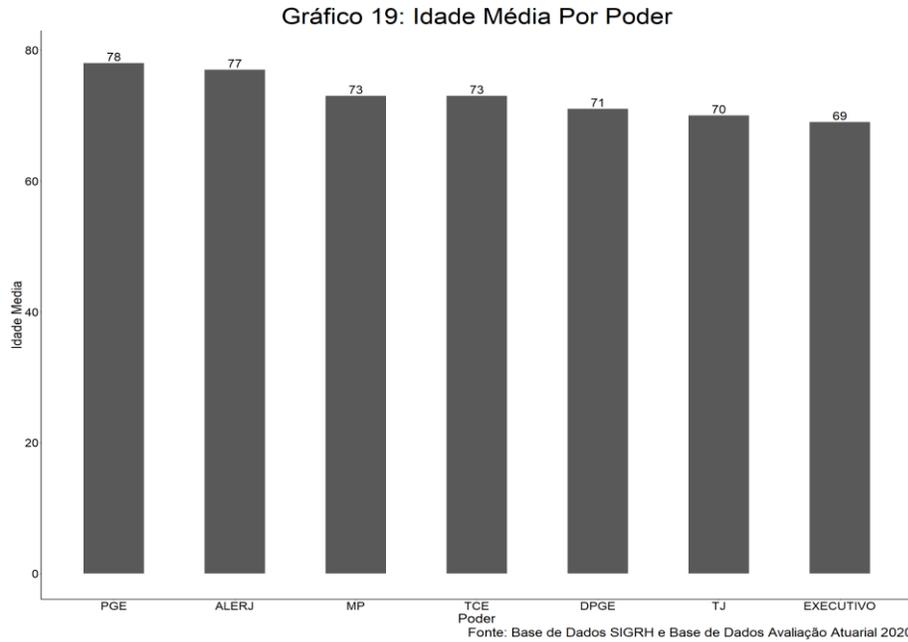
A análise seguinte, gráfico 19, é com relação ao valor bruto de cada poder. O que teve maior gasto foi o Executivo é que com R\$907.086.088, que representa 82.05%. Em seguida vem o TJ com R\$116.573.381 (10.54%). O valor apresentado analisado é descontado do “abate teto”, instituído pela EC41/2003, que pode ser encontrado Constituição Federal de 88, no artigo 37, inciso XI.

Gráfico 18: Valor Bruto Gasto Por Poder



Fonte: Base de Dados SIGRH e Base de Dados Avaliação Atuarial 2020 (Valor Por Mil R\$)

O gráfico 19 mostra a idade média dos inativos por poder. O Pge é o que possui a maior idade média, com 78. Já a EXECUTIVO possui a menor idade média entre os inativos, 69.



O gráfico 20 traz a comparação entre o valor bruto médio de cada um dos poderes. O que possui o menor valor bruto médio é Executivo com R\$ 5.635,23. O poder com o maior é o DPGE com R\$ 37.655,75. Como já dito anteriormente, tanto a DPGE, quanto o poder Executivo não tiveram a aplicação do teto constitucional antes da análise..

